

VISÃO DO CORREIO

# As mudanças no IR e o desafio da desigualdade

A sanção da lei que isenta do Imposto de Renda pessoas com renda mensal de até R\$ 5 mil, a partir de janeiro de 2026, é mais que o cumprimento de uma promessa de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Trata-se de uma correção tardia em um sistema tributário que, há décadas, penaliza proporcionalmente os mais pobres. Estima-se que 15 milhões de contribuintes serão beneficiados nacionalmente — 1,2 milhão apenas em Minas Gerais e mais de 200 mil no Distrito Federal —, enquanto outros 5 milhões terão redução do imposto devido, a partir do novo mecanismo de desconto para quem ganha entre R\$ 5.000,01 e R\$ 7.350.

A medida avança sobre uma distorção histórica: no Brasil, a maior parte da carga tributária recai sobre o consumo, e não sobre a renda e o patrimônio. Dados da OCDE mostram que o país está entre aqueles que menos tributam renda e lucros e mais tributam bens e serviços, o que penaliza famílias de baixa renda. Não surpreende, portanto, que o governo tenha associado à desoneração das faixas inferiores uma ampliação da tributação sobre os chamados “super-ricos”: cerca de 140 mil contribuintes com renda anual superior a R\$ 600 mil, que passarão a pagar alíquotas de até 10% sobre determinados rendimentos.

Esse reequilíbrio é coerente com a desigualdade brasileira. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua/IBGE), os 10% da população com os maiores rendimentos recebem 13,4 vezes o que ganham os 40% da população com os menores rendimentos. Em 2024, a parcela dos mais ricos recebia, em média, R\$ 8.034. Já os 40% no extremo oposto ganhavam, em média, R\$ 601.

Nesse contexto, a ampliação da isenção do IR é mais do que um gesto simbólico; é uma tentativa de devolver capacidade de consumo às famílias que sustentam o dinamismo econômico. O argumento do presidente Lula, de que “o consumo dos mais pobres impulsiona a economia”, tem respaldo. Estudos do Ipea mostram que famílias de baixa renda destinam quase 90% de seus ganhos ao consumo imediato, enquanto a elite econômica tende a poupar ou investir valores que não necessariamente retornam rapidamente à economia real.

Diante desse quadro, o ajuste da tabela do Imposto de Renda se torna uma das ferramentas para atenuar essas diferenças. A disputa política que emergiu nos bastidores da aprovação da nova lei — marcada pela ausência dos presidentes da Câmara, Hugo Motta, e do Senado, Davi Alcolumbre — revela que o debate tributário continua submetido a tensões conjunturais que pouco dialogam com seu impacto social de longo prazo.

As mudanças, que entrarão em vigor a partir de janeiro de 2026, são um alívio bem-vindo para famílias pressionadas pela inflação e pela estagnação salarial dos últimos anos. É o primeiro passo. O país só avançará rumo a uma verdadeira justiça fiscal quando encarar a necessidade de taxar grandes fortunas, lucros e dividendos com a mesma determinação com que tributa alimentos, serviços básicos e folha de pagamento.

O novo Imposto de Renda caminha na direção de um sistema mais progressivo. É necessário dar continuidade a uma agenda tributária que realmente combata a desigualdade. Adiar essa discussão custa caro: custa oportunidades, desenvolvimento e, sobretudo, dignidade para milhões de brasileiros.



LETÍCIA MOUHAMAD

Letícia Mouhamad

## Espetáculo da violência

Assisti, nesta última semana, ao documentário “Caso Eloá — Refém ao Vivo”, lançado recentemente pela Netflix, que revisita o sequestro e assassinato da adolescente Eloá Cristina Pimentel, de 15 anos, em 2008. Os registros dessa tragédia, da atuação desastrosa da polícia à cobertura vergonhosa da imprensa, são de emburrar o estômago.

Criança, à época do crime, acompanhei pela tevê seus desdobramentos e muitas daquelas imagens ficaram guardadas por anos em minha memória. No dia em que o sequestro teve fim, veja só, era meu aniversário. Lembro-me de estar na sala de casa com a família reunida quando a notícia tomou conta de todos os canais.

Era curioso observar como os adultos opinavam sobre o caso com o furor e a segurança típicos de uma partida de futebol. E para além das críticas feitas (de novo) à operação do Grupo de Ações Táticas Especiais (Gate) — do qual o governo de São Paulo se vangloriava por ser a polícia mais preparada do país —, os comentários não pouparam julgamentos à própria vítima. “Afinal, o que uma menina de 15 anos fazia com um rapaz de 22? O que ela esperava de um relacionamento como este?”. Os discursos propagados pela mídia reforçavam, claro, essa perspectiva, mas o espetáculo da violência contra a mulher, em vários outros contextos, sempre foi assistido e comentado também fora das telas. Às vezes, virava fofoca no bairro. Ainda criança (e, aqui, peço licença para recorrer novamente às minhas memórias), recorde-me de presenciar, pelo portão da casa de minha avó, um tumulto na residência da frente. Um homem havia esfaqueado a companheira no rosto.

Vizinhos e pessoas que sequer conheciam aquela mulher entraram em sua casa, não para ajudá-la, mas para ver seu rosto ensanguentado. Apenas para assistir e comentar. “Th,

ficou desfigurada”, ouvia-se de alguns. No caso de Eloá, chama a atenção que, em seu velório, tenha sido contabilizado um público de cerca de 40 mil pessoas.

“Por que 40 mil pessoas queriam ver o cadáver de uma menina? Eram espectadores que, instigados pela televisão, esperavam assistir ao final de uma novela. Ao vivo”, avaliou a ativista Elisa Gargiulo no, muitíssimo bem feito curta-metragem “Quem Matou Eloá?”, lançado em 2015 e disponível no YouTube. Neste documentário, quatro mulheres — uma defensora pública, uma professora e duas ativistas — refletem, não apenas a respeito da sequência de erros dentro do caso, mas também sobre a culpabilização das vítimas pela sociedade.

Em 2015, aliás, foi promulgada a Lei do Feminicídio, que tipificou o assassinato de mulheres por razões de gênero e aumentou as penas para o crime. De fato, foi um marco. Mas ainda falta muito para além da legislação. Um exemplo recente se deu quando noticiamos o assassinato de Allany Fernanda, 13 anos, baleada na cabeça no início deste mês. O caso, noticiado inicialmente como feminicídio, provocou uma onda de comentários nas redes sociais que se voltaram, mais uma vez, contra a vítima. “O que uma menina de 13 anos fazia com um rapaz de 20?”.

A luta contra as diferentes manifestações de violência contra a mulher deve ser constante e conjunta, inclusive, entre nós, jornalistas. Não por acaso, o curta-metragem sobre Eloá é recomendado ainda hoje em aulas de ética na comunicação. Em um artigo acerca do tema escrito para o projeto de extensão SOS Imprensa, em 2019, finalizei o texto dizendo que, diante dos gritos de socorro, as mulheres seriam capazes de, juntas, provocarem mudanças neste contexto. Foi um engano, o qual, agora, retifico. A responsabilidade é de todos.



### » Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.

» E-mail: [sredat.df@dabr.com.br](mailto:sredat.df@dabr.com.br)

#### Licenciamento ambiental

O Congresso Nacional derrubou parte dos vetos de Lula do PL do Licenciamento Ambiental em derrota para o governo poucos dias após a COP30. A disputa político-ideológica é que menos importa. Fragilizar o licenciamento ambiental dá margem a abusos e faz aumentar o risco de outras tragédias, como as de Mariana e Brumadinho, em Minas Gerais. A derrota não é para o governo, mas para toda a sociedade.

» **Rogério Justino**  
Porto Alegre (RS)

#### Sonegação

Operação deflagrada na segunda-feira revela a maior dívida fiscal do país. Grupo considerado o maior devedor de impostos tem mais de R\$ 26 bilhões em dívidas e mantém relações com outras empresas investigadas na Operação Carbo-no Oculto, que revelou a movimentação de mais de R\$ 50 bilhões por uma facção criminosa. A Receita Federal fica procurando centavos dos trabalhadores nas declarações de Imposto de Renda, enquanto os empresários roubam bilhões. Ou seja, ficam coando mosquitos e deixam passar os elefantes.

» **Fábio Araújo**  
Brasília

#### Trânsito

Especialista recomenda a presença ativa de agentes na rua para amenizar o trânsito caótico em Brasília. Falta também um projeto de mobilidade no DF. E é tão simples: expande o metrô para o centro administrativo, em Taguatinga, e coloca os servidores públicos que vão para o Plano Piloto para trabalhar em home office. Fazer obras em vias não adianta. Daqui a um ano, não temo como alargar mais as pistas. Veja o exemplo da EPTG: foi duplicada e, hoje, há engarrafamento todos os dias.

» **Patrícia Mota**  
Brasília

#### Zona Verde

Absurda essa história de implementar a Zona Verde em Brasília. A desculpa de incentivar o transporte público é falsa. Moro dentro de uma quadra residencial, sou idosa e, por aqui, não passa ônibus. O uso de carro em Brasília é uma necessidade, e não um luxo. Para os políticos que usam jatinhos ou carros oficiais é uma beleza. Para nós, moradores não vejo benefícios. Só mesmo para os empresários que terão um lucro milionário com esta concessão.

» **Teresinha Haddad**  
Asa Sul

#### Transporte público

O governo do DF não su-põe, tem a certeza de que a maioria da população é idiota ou incapaz de não enxergar o que está por trás de algumas decisões e obras que ocorrem na cidade. É um deboche querer estimular o brasileiro a deixar o carro em casa e usar o transporte público. Para que proposta seja aceita, o governo decidiu eliminar os estacionamentos públicos e torná-los privados — uma forma de pressionar os brasileiros. Resta saber quem está se beneficiando com essa decisão do governo. Com certeza não são os brasileiros. Além de o transporte coletivo ser de péssima qualidade, não há trajetos que atendam todos os bairros do DF nem uma frota capaz suprir a necessidade da população. Para quem tem carro e motorista, custeados pelos impostos recolhidos dos cidadãos, é fácil querer estimular os brasileiros ao uso do transporte coletivo. Antes disso, o autor da ideia deveria passar pela experiência e conhecer de perto a realidade do transporte coletivo local. Quem sabe o bom senso o ajudasse a buscar outra solução ou, pelo menos, uma política de mobilidade que levasse em conta a necessidade dos moradores do DF.

» **João Roberto Barbosa**  
Sobradinho

### Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

Centrão derruba todos os vetos do licenciamento ambiental e impõe derrota ao governo. O governo é passageiro. A derrota, na verdade, é para o país, que já sofre todo o tipo de urgência climática.

**Aida da Costa** — Curitiba (PR)

Centrão derruba todos os vetos do licenciamento ambiental. Se fosse derrota do governo, estava bom. A derrota é do povo. O governo pode ficar ou sair ano que vem, mas o estrago que essa lei vai causar vai perdurar por décadas.

**Sandra Maia** — Ourinhos (SP)

Caso Master/BRB: comprar o Banco Master é como comprar um carro batido, motor fundido, com multas e, mesmo assim, achar que é um ótimo negócio. Tem que se explicar, sim, deputado Hermeto

**Abraão F. do Nascimento**  
— Águas Claras

Os Estados Unidos correm risco de virar ponto de recepção dos corruptos e dos baderneiros da ultradireita brasileiros.

**Josefa Gomes** — Asa Sul

Tornado, chuvas intensas, enchentes e casas demolidas não deixam dúvida de que as mudanças climáticas estão ocorrendo e causando estragos graves no Sul do país. Só quem desdenha a ciência ainda nega os fenômenos extremos.

**Eduardo Moreira** — Asa Sul

### CORREIO BRAZILIENSE

“Na quarta parte nova os campos ara  
E se mais mundo houvera, lá chegara”  
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO  
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés  
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux  
Diretora de Redação

VENDA AVULSA			ASSINATURAS*	
Localidade	SEG/SÁB	DOM	SEG a DOM	
			R\$ 1.187,88	
DF/GO	R\$ 5,00	R\$ 7,00	360 EDIÇÕES	
			(promocional)	
Assine				
(61) 3342.1000 - Opção 01 ou (61) 99966.6772 Whatsapp				
*Preços válidos para o Distrito Federal e entorno.				
Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) ou (61) 99158.8045 Whatsapp, para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.				
Anuncie				
Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp				
Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp				
Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp				

S.A. CORREIO BRAZILIENSE – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edison Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp.



Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>  
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFP, Agência Estado e D.A Press. Tel: (61) 3214-1131

DIÁRIOS ASSOCIADOS

D.A Press Multimídia  
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias:  
SIG Quadra 2, nº 340, bloco 1, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF;  
de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:  
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/  
sábados, das 14h às 21h/ domingos e feriados, das 15h às 22h.  
Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1568.  
E-mail: [dapress@dabr.com.br](mailto:dapress@dabr.com.br) Site: [www.udapress.com.br](http://www.udapress.com.br)